

II Encontro Nacional Sobre Patrimônio Industrial – TICCIH-BRASIL
Área Temática 6 – A fábrica e a cidade

São Paulo SP, 17 a 20 de junho de 2009

**CONSTRUÇÃO E APROPRIAÇÃO DA MEMÓRIA FABRIL E OPERÁRIA
NA CIDADE DE PARACAMBI - ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Prof.Dr. Paulo F. Keller

Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela UFRJ
Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia – UFMA
E-mail: paulo.keller@uol.com.br

Resumo: O trabalho analisa o processo histórico e social de construção e apropriação da memória fabril e operária na cidade de Paracambi-R.J., desde o final do século XIX até os dias atuais. A pesquisa utiliza dados primários e secundários. O trabalho apresenta indícios de que há uma apropriação da memória fabril e operária por parte do poder público municipal.

Abstract: This paper analyzes the historical and social process of construction and appropriation of factory and workman memory in the town of Paracambi, State of Rio de Janeiro, since the end of the XIX century to present moment. The research use primary and secondary data. The paper shows evidence that take place an appropriation of factory and workman memory by municipal public power.

Palavras-chave: memória fabril; memória operária; fábrica com vila operária.

Este trabalho tem por objetivo analisar e refletir sobre o processo histórico-social de construção e apropriação da *memória fabril e operária* na Cidade de Paracambiⁱ, Estado do Rio de Janeiro, onde se localiza a antiga fábrica de tecidos de algodão da extinta Companhia Têxtil Brasil Industrial fundada em 1870.ⁱⁱ Segundo Suzigan (1986, p.134), a Brasil Industrial foi *a primeira grande* (e até o final da década de 1880 *a maior*) fábrica de tecidos de algodão do Brasil.

A construção da *memória fabril e operária* é fruto de um processo histórico e social contínuo, ou seja, um processo constante de construção e de re-construção ao longo do tempo, quando elementos desta memória são re-interpretados, ganham novos sentidos ou novos elementos são incorporados.ⁱⁱⁱ

Entre o final do século 19 e a primeira metade do século 20, momento que considero como *auge do sistema social* “fábrica com vila operária” nesta particular região fluminense, configura-se a construção da memória da fábrica e da classe operária têxtil, em um processo social marcado por relações de dominação, de resistência, de conflito e de reciprocidade. Compreender a dinâmica das relações sociais neste sistema é fundamental no entendimento da formação dos trabalhadores têxteis nesta localidade.

O conceito de ***complexo fábrica com vila operária*** busca dar conta da complexidade de relações sociais que marca este sistema social. O complexo é ao mesmo tempo fabril e sócio-cultural, envolve tanto relações de trabalho quanto relações extra fabris, em um fluxo de relações entre o espaço fabril e o espaço doméstico, entre a fábrica e a vila operária. Assim, as *fábricas com vila operária* podem ser vistas como uma forma particular de organização capitalista, onde as vilas operárias surgem como solução para o problema habitacional da classe trabalhadora e como forma de imobilização dos trabalhadores, enfim, elas são perfeitamente funcionais e lucrativas para o patronato industrial, mas elas também formam uma constelação de traços culturais presentes na experiência de vida dos atores sociais presentes nesta situação industrial.

As fábricas com vila operária formam um ***complexo sócio-econômico, cultural e político***: a fábrica moderna, o trabalho assalariado (chamada de “servidão burguesa” por Leite Lopes), o paternalismo industrial com formas específicas de educação (escola operária), de religião (capelas com padroeiros católicos), de consumo (armazém da fábrica), e de lazer (clubes da fábrica).

Para Leite Lopes (1988, p.16-18), as fábricas com vila operária formam um “padrão específico de relações de dominação”, são fábricas que “subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção”, estas fábricas constituem uma “configuração de uma estrutura de relações sociais de dominação, dentre outras configurações possíveis no interior do modo de produção capitalista e no interior do conjunto de relações entre a classe operária e o patronato”.

A percepção do sistema social *complexo* fábrica com vila operária no seu momento de auge - ideal típico - busca atender, não somente para a fluidez das relações entre os espaços da fábrica e da vila (o da produção e o da reprodução da força de trabalho), mas, também, para a complexidade do conjunto de relações entre os atores sociais – patrões, funcionários, operários fabris, familiares e agregados – envolvendo dominação, resistência, conflito e reciprocidade.

As relações de dominação marcam profundamente as fábricas com vila operária. Nesta situação, os patrões não são simplesmente patrões, não se estabelece uma simples relação contratual, mas, os patrões são os proprietários das casas onde residem os operários, assim como, de toda a rede de serviços presentes nestas vilas (armazém, clube, capela, escola). A ameaça da perda do emprego vem junto com a ameaça da perda da casa. A subordinação dos trabalhadores têxteis era um fator gerador de medo, que pairava sobre a classe operária, medo de perder o emprego, medo de perder a casa, medo de “sujar” o nome da família junto ao poder patronal, implicando danos para os familiares que poderiam vir a precisar de algum benefício futuro, como emprego na fábrica ou casa na vila. A “boa conduta” era um pré-requisito para o acesso ao emprego e a moradia, e o nome da família era o código que poderia dar acesso ou barrar determinado trabalhador.

Quando pesquisava o arquivo morto do departamento de pessoal da fábrica da Cia. Têxtil Brasil Industrial, no início da década de 1990, descobri que havia um controle dos patrões por meio das fichas de registro dos empregados. Estas fichas ficavam em um arquivo isolado das demais, algumas eram marcadas com uma cruz vermelha, outras com duas ou três, indicando aqueles operários que não deveriam ser admitidos novamente na fábrica, aqueles que poderiam ser admitidos somente com autorização da direção e aqueles que não deveriam voltar em hipótese alguma. Algumas fichas denominavam estes operários “indesejáveis” como comunistas, baderneiros, outros como feiticeiros.

A dominação e o controle do operariado passam por estas condições de vida da classe operária. Esta dominação somente não era total devido à presença das relações familiares no interior das casas dos operários, à presença de relações de solidariedade e de ajuda mútua nos diversos espaços de lazer e de recreação, assim como, nos diversos espaços relativamente autônomos.

A resistência ao domínio patronal ocorria nestes pequenos espaços quando as relações sociais desvencilhavam-se momentaneamente do domínio fabril. Conflitos e enfrentamentos diretos com o poder patronal ocorreram de diversas formas através de ação sindical ou por meio de outras formas de enfrentamento baseadas não apenas em ideais políticos, mas também em crenças religiosas.

No momento de auge do sistema social ocorreu a greve dos têxteis no ano de 1918, quando a fábrica ficou parada por várias semanas, sob a liderança dos anarco-sindicalistas da União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Alguns anos antes, um grupo de crentes da Igreja Congregacional recusou o trabalho fabril aos domingos baseados em sua crença religiosa que diz que “domingo é dia do Senhor”. Essa recusa dos congregacionais ocorreu antes da greve de 1918, quando os operários tinham uma extensa jornada de trabalho, de até 14h diárias no interior da fábrica incluindo os intervalos para as refeições. Uma ex-operária aposentada afirmou: “Porque naquele tempo. A lei. Não tinha lei. Trabalhava-se de segunda a domingo e de domingo a segunda”. O enfrentamento dos “crentes” ao poder patronal resultou na demissão de todo o grupo de operários-protestantes.

A reciprocidade das relações dentro deste mundo operário se dava na medida em que havia uma ação esperada de ambas as partes, quando o patrão oferecia emprego e moradia e o operário fabril, em troca, oferecia seu trabalho, sua deferência, sua conduta disciplinada no ambiente da fábrica e no ambiente da vila.

Para Weber (1991, p.16/23):

Por “relação” social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. A relação social *consiste*, portanto, completa e exclusivamente na *probabilidade* de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não se importando, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade (...) A “existência” de uma relação social nada mais significa do que a presença dessa

probabilidade, maior ou menor, de que ocorra uma ação correspondente ao sentido (...)

Esta reciprocidade da qual fala Max Weber nada tem haver com solidariedade. O auge do sistema foi quando houve maior probabilidade de as relações sociais recíprocas acontecerem (patrão= paternal x operário= disciplinado), seja por condições políticas e econômicas mais amplas, que davam funcionalidade a este tipo de situação industrial, seja por condições internas do sistema fabril local, seja pelo aspecto paternal e ideológico que o sentimento de “grande família” proporcionava, sentimento este que permeava as relações sociais do sistema onde a prática religiosa católica oficial era um elemento legitimador da dominação, seja pelo medo permanente da perda dupla do emprego e da casa.

A construção da memória fabril e operária no momento germinal se dá em um processo sócio-histórico singular dentro do sistema *complexo* fábrica com vila operária, onde, apesar de toda dominação, despotismo e controle explícito e implícito, os operários tiveram um papel ativo (sentido de *auto-fazer* de Edward P. Thompson). Este papel ativo ocorria, seja por meio da resistência ou do conflito com o poder patronal, seja na atribuição de sentido às múltiplas relações sociais estabelecidas no ambiente doméstico, ou seja, nas capelas católicas e nas igrejas protestantes, nas escolas operárias, nos clubes e nos diversos espaços de lazer.

A *fábrica com vila operária* é vista aqui como condicionamento que marca profundamente a experiência da classe operária têxtil, mas a experiência destes trabalhadores, nesta situação, não é determinada (de forma mecânica), os operários têxteis, ao atribuírem sentido subjetivo às relações sociais ali empreendidas, apropriavam-se das condições de vida, por meio de suas práticas sociais – religiosas, de lazer, redes de ajuda mútua, etc.

As casas da vila operária eram propriedade dos industriais têxteis, contudo, as vilas eram o “lar dos operários”, como um espaço onde o operariado “tecia” cotidianamente relações sociais dotadas de sentido. A *apropriação de elementos do sistema de dominação* por parte dos próprios operários é o que dá sentido e constrói uma rede de relações com valores ligados ao mundo operário. É esta apropriação que dá significado ao termo

“memória operária” entendendo-o como uma “memória (dos) operários”, e não apenas, a memória da fábrica.

Podemos, hoje, falar em apropriação da memória fabril e operária na medida em que uma memória foi construída pelos próprios operários (auto-fazer) dentro de um contexto muito específico de trabalho e de vida cotidiana no interior do sistema. De forma contínua esta memória é re-construída e re-pensada por novos atores sociais no período posterior ao processo de declínio do sistema fábrica com vila operária.

Em suma, discutir o tema da *apropriação da memória fabril e operária* no momento atual implica, em primeiro lugar, o entendimento do processo histórico-social germinal de construção da memória, onde os têxteis, a despeito da dominação vigente, tiveram papel ativo se apropriando - de diversas formas - de elementos do sistema fábrica com vila operária, em segundo lugar, a compreensão das formas de apropriação após o declínio do sistema de fábrica com vila operária.

No meu trabalho de campo junto aos operários têxteis de Paracambi durante a década de 1990, as lembranças e percepções do passado eram dúbias e paradoxais, ao mesmo tempo em que enfatizavam o domínio e o controle do patronato fabril, também ressaltavam a saudade de um tempo em que não faltava trabalho e a vida era mais “saudável”. Esta percepção vem da experiência de vida atual marcada pelo desemprego crescente e as dificuldades de uma classe trabalhadora que enfrenta um sistema público de proteção social fragilizado.

O declínio do sistema *complexo* fábrica com vila operária surge a partir da década de 1960 e está relacionado a uma série de fatores, tais como: mudanças nos paradigmas produtivos e gerenciais e crise do setor têxtil fluminense e nacional. Contudo, o declínio também constitui uma configuração de um processo de desagregação dos elementos que compunham o antigo modelo *fábrica com vila operária*. O declínio expressa a separação da unidade entre a produção (fábrica) e a reprodução da força de trabalho (vila operária).

Os sinais deste declínio são: (i) a emancipação político-administrativa do Município de Paracambi (1960), até então uma comunidade composta de dois distritos (um de Vassouras e outro de Itaguaí), com o surgimento de um núcleo urbano a partir do transbordamento da antiga vila operária da Cia Têxtil Brasil Industrial, quando, progressivamente, o recente poder político municipal se defronta com o poder local “de fato” da fábrica; (ii) o surgimento do sindicato oficial dos têxteis (1966), enquanto

representação dos trabalhadores marcando uma forma de ação sindical legal; (iii) o desmonte da rede de serviços mantida pela fábrica no momento de auge do sistema, com a transferência de alguns serviços para o recém instalado poder público municipal; (iv) a venda das casas da vila operária da Cia. Têxtil Brasil Industrial no final da década de 1970, como sinal de novas formas de gestão, quando a vila operária entra em desuso.

O declínio expressa estas mudanças. Compreende uma maior racionalização e burocratização do processo e das relações de trabalho. Ocorre a introdução de quadros técnicos formados fora do ambiente fabril e a progressiva substituição dos antigos mestres, há uma modificação no sistema de recrutamento dos trabalhadores que tende a deixar de ser feito diretamente pelo patrão e passa a ser feito por departamentos específicos, tornando a relação patrão-empregado mais impessoal.

O ambiente doméstico da antiga vila – núcleo urbano original – se torna relativamente autônomo em relação ao domínio do patronato fabril. Essa maior autonomia se expressa no surgimento do município e do poder municipal e na criação do sindicato oficial dos têxteis. Assim surgem dois novos atores coletivos: o poder público municipal e o sindicato legal da categoria. Com a desagregação da rede de serviços^{iv} da fábrica, a prefeitura e o sindicato passam a ser canal do fluxo de atendimento de diversas demandas sociais.

Com o declínio do sistema diminui a probabilidade de que os patrões ofereçam casa e demais serviços, assim também, diminui a probabilidade de que os operários ajam correspondendo às expectativas dos patrões de serem disciplinados e leais. Surge a questão: constitui esse processo de mudança o desmanchar de uma forma de dominação ou um processo de racionalização da dominação inerente a este sistema capitalista adquirindo novas formas?

A apropriação da memória fabril e operária deve ser analisada a partir deste contexto de declínio do sistema *complexo* fábrica com vila operária. Falar de *apropriação da memória fabril e operária* remete a duas questões colocadas no início: quem se apropria? como se apropria?

Há uma *apropriação* por parte do poder público municipal na medida em que este poder incorporou elementos do antigo complexo fabril da Cia. Têxtil Brasil Industrial, se apropriando de símbolos do antigo mundo fabril/operário. Podemos listar diversas formas desta apropriação:

1. Duas décadas após a emancipação político-administrativa de Paracambi, em 1984, ocorre a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, pela Prefeitura Municipal de Paracambi, de uma série de terrenos nobres pertencentes à antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial. Foram desapropriados, entre outros, o terreno do antigo Cassino (clube da fábrica) e o do campo de futebol do Esporte Clube Brasil Industrial;
2. Também na década de 1980, ocorre o tombamento provisório do conjunto fabril da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial pelo INEPAC (Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro) com a colaboração da Prefeitura Municipal de Paracambi;
3. A compra do prédio da antiga fábrica da Cia. Têxtil Brasil Industrial pela Prefeitura Municipal de Paracambi, em 2002, com o apoio do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Há evidências suficientes para se argumentar que há uma *apropriação da memória fabril e operária* – em particular do principal símbolo do período de auge do sistema fabril têxtil: o imponente prédio da fábrica de tecidos da Companhia Têxtil Brasil Industrial.^v

Mas ficam algumas questões para reflexão e para pesquisa futura: Em que medida os antigos operários e os atuais trabalhadores têxteis se re-apropriam da memória fabril e operária? Em que medida os trabalhadores – enquanto construtores ativos – se relacionam com essa memória mediados pela intervenção do poder público?

Outras questões para pesquisa são: Qual a relação entre a dominação patronal no auge do sistema e as novas formas de dominação política na medida em que o poder político local se apropria de elementos e de símbolos da memória fabril e operária? Em que medida a apropriação de elementos do antigo sistema *fábrica com vila operária* trouxe maior participação operária e popular nestes espaços? Qual a eficácia de medidas como tombamento (provisório ou definitivo) se não há efetivas políticas culturais - tanto no âmbito municipal quanto no estadual? Por que o tombamento continua provisório quando o valor histórico e cultural do conjunto fabril demanda um tombamento nacional pelo IPHAN? Por que a casa da gerência (uma espécie de *casa-grande do complexo fábrica com vila operária*) e a capela de Nossa Senhora da Conceição (padroeira da fábrica e dos operários – ambas tombadas pelo INEPAC – foram privatizados e não foram declaradas

de utilidade pública, junto com o prédio da antiga fábrica, para que se tornassem, também, partes do patrimônio público local, como forma de os trabalhadores/municípios se apropriarem do maior símbolo da memória fabril e operária local? O declínio do sistema *fábrica com vila operária* e o conjunto de mudanças em curso tem levado a novas configurações sociais mais democráticas onde os trabalhadores têm maior espaço e melhores condições de vida ou as antigas formas de dominação patronal tem sido substituídas por novas formas de dominação política e por novas formas de dominação econômica? A transformação da antiga fábrica em um espaço de educação e de cultura tem colaborado na formação de um cidadão mais autônomo e crítico, um “cidadão produtivo emancipado” (Ciavatta, 2007)? As instituições educacionais que se instauram neste antigo espaço fabril – assim como as demais escolas locais - têm ajudado a refletir sobre a memória fabril e operária, sobre as formas de dominação, sobre a cultura fabril e o trabalho fabril têxtil, assim como, sobre a dura realidade do mundo do trabalho hoje?

Mais do que a simples apropriação de elementos e de símbolos da memória fabril e operária por parte do poder público municipal, faz-se necessário uma profunda ***apropriação reflexiva*** do passado e do presente desta comunidade de origem operária por parte dos próprios “trabalhadores/municípios”.

Referências Bibliográficas

ClAVATTA, Maria (org) *Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2007.

HOBSBAWN, Eric J. “Trajetória do Movimento Operário”. In: *Trabalhadores*. Revista da Prefeitura Municipal de Campinas, N. 2, 1989.

KELLER, P.F. *A formação dos trabalhadores têxteis em Paracambi-RJ e o sistema de fábrica com vila operária*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro-RJ, NUPES-LPS-IFCS-UFRJ, 1992.

_____. *A ação sindical têxtil em Paracambi-RJ e o sistema de fábrica com vila operária*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro-RJ, NUPES-LPS-IFCS-UFRJ, 1993.

_____. *Fábrica & Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi-RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin-RJ: Sólton Ribeiro, 1997.

_____. *Cotidiano operário & Complexo fabril: Fábrica com vila operária em Paracambi-RJ*. Revista ENFOQUES. PPGSA-IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro - RJ, Volume 5, No. 1 março de 2006.

Disponível em:

<http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/marco06/01.html>

_____. *Dominação e Religião no Mundo do Trabalho*. Revista ENFOQUES. PPGSA-IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro - RJ, Volume 6, No. 1, maio de 2007. Disponível em:

<http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/maio07/03.html>

LEITE LOPES, J.S. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. SP: Marco Zero; Brasília: UnB, 1988.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar - A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil - 1890/1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. RJ: RJ: Paz e Terra, 1988 (Oficinas da História, Volume I).

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1991.

WEID, Elisabeth von der & BASTOS, Ana Marta R. *O Fio da Meada - Estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril: 1878/1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa & Confederação Nacional da Indústria, 1986.

NOTAS

ⁱ A emancipação político-administrativa da cidade de Paracambi somente ocorreu em 08 de agosto de 1960 integrando o Terceiro Distrito de Itaguaí, onde se encontrava a fábrica, e o Sétimo Distrito de Vassouras, onde se localizava a área comercial e a antiga estação ferroviária de Macacos construída em 1861.

ⁱⁱ A fábrica de tecidos de algodão da Companhia Têxtil Brasil Industrial foi estabelecida inicialmente em 1870 na fazenda do Ribeirão dos Macacos junto à estação do mesmo nome da Estrada de Ferro D.Pedro II, com um capital de 1.000.000\$000(dividido em 5.000 acções de 200\$000 cada uma), cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto n.4552 de 23 de julho de 1870. Esta Companhia foi instalada sob a direção dos Srs. José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho (depois Visconde de Tocantins), Barão de São Francisco Filho, Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro, Evaristo Juliano de Sá, e José Corrêa d’Aguiar. O plano adotado para a realização da empresa foi elaborado pelo Sr.Willian S. Ellison, antigo engenheiro da Estrada de Ferro D.Pedro II(Primeiro Relatório da Cia. Brazil Industrial, 1874, p.5, Biblioteca Nacional). Sobre o tema, ver: Keller (1992, 1993, 1997, 2006, 2007).

^{iv} Essa rede de serviços presente nas vilas operários é conceituada de forma diferenciada por vários autores: Leite Lopes (1988, p. 169) a chama de “aparato institucional”, para este autor a *organização deste aparato institucional materializa-se logo em suas realizações mais concretas e visíveis: hospital, igrejas, cinema, teatro, parque de diversões*. Rago (1985, p.179) a denomina de *rede de equipamentos coletivos e comerciais*, e Weid & Bastos (1986, p.157) de *mecanismos de controle sobre sua mão-de-obra*, para as autoras, *tais mecanismos foram progressivamente desenvolvidos e institucionalizados, manifestando-se de forma direta no dia-a-dia dos operários em diversos aspectos*.

^v Conforme dados do Primeiro Relatório da Companhia Brazil Industrial, 1874: “Fábrica de tecidos montada com 400 teares, construindo-se para ella o competente edifício, com 500 pés de comprimento sobre 50 de largura, com 3 andares, além das lojas, com alicerces de pedra, e grossas paredes de pedra rústica até o vigaamento do 1.o andar; e com paredes de tijolos d’ahi para cima”.